

**Demonstrações Financeiras Individuais  
Intermediárias elaboradas de acordo  
com as normas internacionais de  
relatórios financeiros (IFRS)**

**Empresa Concessionária de Rodovias  
do Norte S.A. - Econorte**

Período 30 de junho de 2012, e 31 de dezembro 2011  
Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Financeiras

# **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

## Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

### Índice

#### Demonstrações financeiras intermediárias revisadas

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Balancos patrimoniais  
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		<b>2.691</b>	2.662
Aplicações financeiras	4	<b>5.460</b>	14.636
Contas a receber de clientes	5	<b>6.730</b>	7.004
Partes relacionadas	15	<b>7.990</b>	6.954
Outros créditos		<b>164</b>	9
Despesas antecipadas	6	<b>1.211</b>	664
Total do ativo circulante		<b>24.246</b>	31.929
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	<b>50</b>	50
Depósitos judiciais		<b>156</b>	-
Impostos diferidos	14	<b>12.581</b>	11.769
Partes relacionadas	15	<b>28.633</b>	32.819
Investimento		<b>42</b>	35
Intangível	7	<b>242.406</b>	235.127
Total do ativo não circulante		<b>283.868</b>	279.800
		<b>308.114</b>	311.729

	Nota	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	<b>2.057</b>	3.041
Obrigações Sociais		<b>1.152</b>	980
Debentures	9	<b>12.188</b>	13.268
Obrigações IAS 37	2.8	<b>6.483</b>	5.688
Obrigações tributárias	10	<b>2.606</b>	3.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	-	10.000
Partes relacionadas	15	<b>1.283</b>	74
Outras exigibilidades		<b>311</b>	646
Total do passivo circulante		<b>26.080</b>	36.987
Não circulante			
Debentures	9	<b>95.948</b>	101.184
Obrigações IAS 37	2.8	<b>28.437</b>	26.713
Impostos diferidos	14	<b>50.172</b>	50.002
Provisões para contingências	11	<b>1.390</b>	1.442
Total do exigível a longo prazo		<b>175.947</b>	179.341
Patrimônio Líquido	12		
Capital social		<b>22.800</b>	22.800
Reserva de reavaliação		<b>55.009</b>	60.566
Reservas de lucros		<b>8.473</b>	12.035
Lucros acumulados		<b>19.805</b>	-
Total do patrimônio líquido		<b>106.087</b>	95.401
		<b>308.114</b>	311.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do resultado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita operacional bruta			
Arrecadação de pedágios		73.555	68.749
Receitas de Construção		16.927	6.277
Outras receitas		1.057	652
		<u>91.539</u>	<u>75.678</u>
Deduções da receita bruta		<u>(6.231)</u>	<u>(5.777)</u>
Receita operacional líquida	17	<b>85.308</b>	69.901
Custo operacional			
Conservação de rodovias		(13.274)	(19.045)
Provisão para manutenção	2.8	(1.665)	(3.373)
Custo de construção – ativos de concessão		(16.927)	(6.277)
Operação de rodovias		(8.813)	(8.819)
Seguros e outros		(2.232)	(2.127)
Amortização		(9.643)	(8.557)
		<u>(52.554)</u>	<u>(48.198)</u>
Lucro bruto		<u>32.754</u>	21.703
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(3.013)	(2.685)
Despesas administrativas		(2.857)	(2.822)
		<u>(5.870)</u>	<u>(5.507)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>26.884</u>	16.196
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		3.008	1.537
Despesas financeiras		(8.197)	(8.143)
		<u>(5.189)</u>	<u>(6.606)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<b>21.695</b>	9.590
Imposto de renda e contribuição social	14	(8.089)	(4.858)
Imposto diferido		641	1.568
		<u>641</u>	<u>1.568</u>
Lucro líquido do período		<u>14.247</u>	<u>6.300</u>
Lucro líquido do período, básico e diluído, por ação - em reais		<u>1,0476</u>	<u>0,4632</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro		Lucros retidos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.800	73.329	1.387	304	20.729	9.841	-	126.390
Realização da reserva de reavaliação	-	(19.339)	-	-	-	-	19.339	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	6.577	-	-	-	-	(6.577)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	15.182	15.182
Destinação proposta do resultado do exercício:								
Aumento de capital (Nota 13.a)	2.000	-	-	-	-	-	(2.000)	-
Constituição de reserva legal	-	-	759	-	-	-	(759)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	76	-	-	(76)	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	9.508	-	(9.508)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(20.729)	(9.841)	(5.601)	(36.171)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<b>22.800</b>	<b>60.567</b>	<b>2.146</b>	<b>380</b>	<b>9.508</b>	-	-	<b>95.401</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	(8.420)	-	-	-	-	8.420	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	2.862	-	-	-	-	(2.862)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	14.247	14.247
Destinação proposta da Reserva de Lucros								
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(3.561)	-	-	(3.561)
Saldos em 30 de Junho de 2012	<b>22.800</b>	<b>55.009</b>	<b>2.146</b>	<b>380</b>	<b>5.947</b>	-	<b>19.805</b>	<b>106.087</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>24.803</u>	<u>(36.378)</u>
Das operações	<u>40.870</u>	<u>25.553</u>
Resultado do exercício antes dos tributos	21.695	9.590
Amortização	9.643	8.557
Resultado na baixa do intangível	5	-
Provisão para contingências	(74)	10
Despesas com Debentures	224	54
Provisão para manutenção ativos de concessão	1.665	3.373
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	854	1.293
Variação monetária de empréstimos	-	223
Variação monetária das debentures	6.858	2.453
Redução (aumento) em:	<u>2.717</u>	<u>(42.551)</u>
Contas a receber de clientes	3.264	(42.415)
Outros ativos de curto prazo	(547)	(136)
Aumento (redução) em:	<u>(18.784)</u>	<u>(19.380)</u>
Fornecedores	(16)	(3.887)
Obrigações tributárias	(193)	(86)
Imposto de renda e contribuição pagos	(8.577)	(5.251)
Outros passivos de curto prazo	(9.998)	(10.156)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(7.875)</u>	<u>(13.276)</u>
Adições ao ativo intangível	(16.932)	(4.496)
Aplicação financeira	9.175	(12.454)
Outras atividades de investimento	(118)	3.674
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(16.899)</u>	<u>50.696</u>
Captação de empréstimos	-	143.095
Pagamento de empréstimos	(13.338)	(68.258)
Dividendos pagos	(3.561)	(24.141)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>29</u>	<u>1.042</u>
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	2.662	2.426
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	2.691	3.468
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>29</u>	<u>1.042</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Receitas</b>	<b>91.540</b>	75.678
Venda de serviços	73.555	68.749
Receitas de Construção	16.927	6.277
Outras receitas	1.057	652
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(45.493)</b>	(42.276)
Custo dos serviços prestados	(42.909)	(39.641)
Materiais, energia, serviços e outros	(2.584)	(2.635)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>46.046</b>	33.402
<b>Retenções</b>	<b>(9.643)</b>	(8.557)
Depreciação, amortização e exaustão	(9.643)	(8.557)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>36.403</b>	24.845
<b>Valor recebido em transferência</b>	<b>3.008</b>	1.537
Receitas Financeiras	3.008	1.537
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>39.411</b>	26.382
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>	<b>(39.411)</b>	(26.382)
<b>A - Pessoal e encargos</b>	<b>(3.014)</b>	(2.686)
Remuneração direta	(2.201)	(1.922)
Benefícios	(187)	(160)
F.G.T.S.	(131)	(114)
Outros	(495)	(490)
<b>B - Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(13.679)</b>	(9.066)
Federais	(10.230)	(5.859)
Municipais	(3.449)	(3.207)
<b>C - Juros e aluguéis</b>	<b>(8.471)</b>	(8.330)
Juros	(7.956)	(6.578)
Aluguéis	(274)	(187)
Outros	(241)	(1.565)
<b>D - Remuneração do capital próprio</b>	<b>(14.247)</b>	(6.300)
Lucros retidos	(14.247)	(6.300)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia**

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, localizada a rua Seimu Oguido, 242, Londrina-PR, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais ocorreu na reunião de diretoria realizada em 13 de julho de 2012.

### **2. Políticas contábeis**

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo IASB que são aplicáveis para as informações trimestrais de 30 de junho de 2012.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.1 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

##### *Receita de pedágio*

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

##### *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### *Receitas acessórias*

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### (i) Ativos financeiros

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação**

##### *(i) Ativos Financeiros -- continuação*

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação**

##### *(i) Ativos Financeiros -- continuação*

##### Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

##### *(ii) Passivos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

##### Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **2.4 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 que teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão. Desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.4 Intangível -- continuação**

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **2.5 Tributação**

##### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

##### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.5 Tributação -- continuação**

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

##### *Impostos sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de arrecadação estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u><b>Alíquotas</b></u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

#### **2.6 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado, apresentadas como informação suplementar, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.



## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa trimestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### **2.8 Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.8 Provisões -- continuação**

##### Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

#### **2.10 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

#### **2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011.

A Administração da Companhia avaliou estes novos normativos e em seu entendimento e avaliação a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações não têm impacto material nas informações trimestrais da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo estes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada): A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada.
- IAS 32 Classificação de emissões de ações: Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma alteração à IAS 32 referente à classificação de emissões de ações. Para emissões de ações oferecidas a um montante fixo em moeda estrangeira, a prática atual parece exigir que tais emissões sejam contabilizadas como passivo derivativo. Esta alteração prevê que se forem emitidas proporcionalmente a todos os acionistas existentes da empresa, na mesma classe e por um valor fixo em dinheiro, tais ações devem ser classificadas no patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício for expresso.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros: Enfatiza a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos nas divulgações de riscos financeiros.
- IFRS 9 Instrumentos financeiros, classificação e mensuração: A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.
- IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo: Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis -- continuação

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios a se iniciarem em 1º de janeiro de 2013. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum destes normativos. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- **IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas** - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo controle sobre a atividade relevante). Esta norma não é aplicável à Companhia.
- **IFRS 11 Investimentos compartilhados ("joint arrangements")** - descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados ("joint ventures"). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. Esta alteração não é aplicável à Companhia.
- **IFRS 12 - divulgações de investimentos em outras entidades:** introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos subsidiárias, *joint-ventures*, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
- **IFRS 13 – Mensuração do valor justo:** fornece nova orientação sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novas requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.
- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não é aplicável à Companhia.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- continuação**

- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não é aplicável à Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### *Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação**

#### Estimativas e premissas -- continuação

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

#### *Valor Justo de Instrumentos Financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Aplicações financeiras

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de Depósito Interfinanceiro (100% CDB)	<b>5.424</b>	14.596
Outras aplicações financeiras	<b>86</b>	90
	<b>5.510</b>	14.685
Ativo circulante	<b>5.460</b>	14.636
Ativo não circulante	<b>50</b>	50

Parte da arrecadação é retida para pagamento de juros e principal das debentures. A parcela retida é aplicada. O valor é mantido no ativo circulante em função dos vencimentos semestrais das parcelas das debentures mais juros a que se refere.

### 5. Contas a receber de clientes

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Visanet	<b>1.087</b>	844
Dbtrans	<b>185</b>	161
Via Fácil	<b>5.214</b>	5.959
Outras contas a receber	<b>244</b>	40
	<b>6.730</b>	7.004

### 6. Despesas antecipadas

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Despesas com seguros a apropriar	<b>696</b>	603
Outras despesas a apropriar	<b>515</b>	61
	<b>1.211</b>	664

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2010	192.246	186.036	1.621	3.708	4.737	388.348
Aquisições	11.921	806	528	561	874	16.690
Baixas		(180)	(89)	-	(145)	(414)
Transferências	2.910	335		(3.245)		-
Saldo em 31/12/2011	207.077	186.997	2.060	1.024	5.466	402.624
Aquisições	10.612	669	23	4.456	1.166	16.926
Baixas		(701)	(201)		(11)	(913)
Transferências	1.012	28		(1.040)		-
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>218.701</b>	<b>186.993</b>	<b>1.882</b>	<b>4.440</b>	<b>6.621</b>	<b>418.637</b>
<b>Amortização</b>						
Saldo em 31/12/2010	(65.536)	(80.506)	(1.118)	-	(2.692)	(149.852)
Amortização	(9.840)	(7.577)	(67)	-	(162)	(17.646)
Baixas	-					-
Saldo em 31/12/2011	(75.376)	(88.083)	(1.185)	-	(2.854)	(167.498)
Amortização	(5.423)	(4.086)	(32)	-	(102)	(9.643)
Baixas	-	703	199	-	8	910
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>(80.799)</b>	<b>(91.466)</b>	<b>(1.018)</b>	<b>-</b>	<b>(2.948)</b>	<b>(176.231)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
Saldo em 31/12/2011	131.701	98.914	875	1.024	2.612	235.126
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>137.902</b>	<b>95.527</b>	<b>864</b>	<b>4.440</b>	<b>3.673</b>	<b>242.406</b>

### 8. Fornecedores

	30/06/2012	31/12/2011
Polícia Rodoviária Estadual (repasse contratuais)	567	999
Polícia Rodoviária Federal (repasse contratuais)	407	878
Compasa do Brasil Asfaltos e Fretes	219	299
Departamento de Estradas e Rodagens (D.E.R./PR)	224	224
Tesc Sistemas	24	68
Outros fornecedores	616	573
	<b>2.057</b>	<b>3.041</b>



## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Debêntures

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª segunda emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 (cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses, vencendo em 10 de maio de 2017.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, recomposição do caixa para uso gerais, inclusive a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e antecipação de honorários por serviços a serem prestados pela Rio Tibagi.

As debêntures serão pagas em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, (“Taxa DI”), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) (“Remuneração”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

As debêntures têm o seguinte composição e cronograma de vencimento:

<b>Data</b>	<b>% de resgate</b>	<b>Quantidade</b>	<b>30/06/2012</b>
10/11/2012	4,5%	5.400	5.400
10/05/2013	4,5%	5.400	5.400
10/11/2013	5,0%	6.000	6.000
10/05/2014	5,0%	6.000	6.000
10/11/2014	7,0%	8.400	8.400
10/05/2015	7,0%	8.400	8.400
10/11/2015	16,0%	19.200	19.200
10/05/2016	16,0%	19.200	19.200
10/11/2016	13,0%	15.600	15.600
10/05/2017	12,0%	14.400	14.400
	90,0%	108.000	<b>108.000</b>
Despesas Antecipadas			(1.579)
Provisão de Juros Mensais			1.715
			<b>108.136</b>
Passivo Circulante			12.188
Passivo Não Circulante			95.948
			<b>108.136</b>

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Obrigações tributárias

	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de renda	1.014	1.371
Contribuição social	366	498
PIS	78	93
COFINS	358	429
ISS	696	787
Outros tributos	94	112
Total das obrigações tributárias	2.606	3.290

### 11. Provisão para contingências

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis.

	31/03/2012	Adições	Baixas	30/06/2012
Provisão para contingências diversas	-	-	-	-
Saldo total de provisão para contingências	-	-	-	-
Depósitos judiciais sobre contingências	-	156	-	156
	-	156	-	156

A Econorte não constituiu provisões contábeis para as contingências avaliadas por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estas contingências envolvem, substancialmente, questões trabalhistas cujo montante, em 30 de junho de 2012, era de R\$ 1.365 (R\$ 1.365 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia possui honorários a pagar a seus consultores jurídicos no valor de R\$1.390 (R\$1.442 em 31 de dezembro de 2011).

### 12. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 22.800 em 30 de junho de 2012 (R\$ 22.800 em 31 de dezembro de 2011) e estão representadas por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2011), assim distribuídos entre os acionistas:

	Número de ações	% de participação
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	13.599.996	99,99
Outros	4	0,01
Total	13.600.000	100,00

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **12. Patrimônio líquido --- continuação**

#### **b) Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

A Administração também propôs durante o exercício de 2011 a distribuição de dividendos intercalares, na forma do artigo 17 do Estatuto Social, com base no balancete apurado no terceiro trimestre de 2011, aprovado em Ata de Reunião de Administração (ARCA), em 27 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 10.000, onde os valores foram pagos entre janeiro e abril de 2012.

Também foram aprovados através da Ata de Reunião de Administração (ARCA), dividendos adicionais durante o segundo trimestre de 2012, os quais já foram pagos, no montante de R\$ 3.561, calculado sobre a reserva de lucros retidos.

#### **c) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montantes de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

#### **d) Reserva legal**

Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 30 de junho de 2012, o saldo da reserva legal monta R\$ 2.146.

#### **e) Reserva estatutária**

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 30 de junho de 2012, o saldo da reserva estatutária monta R\$ 380.

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **12. Patrimônio líquido --- continuação**

#### f) Retenção de lucros

É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, em cumprimento às deliberações de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2004. A assembleia deliberará sobre o montante que ultrapassar o saldo do capital social, em cumprimento com o previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/76.

### **13. Instrumentos financeiros**

A Companhia não tem contratado instrumentos financeiros derivativos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores e empréstimos.

Sendo que os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações Financeiras – são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento.
- ii. Empréstimos – são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

#### a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

#### b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros -- continuação

#### c) Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

#### d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 29 de junho de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

#### Receitas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações, sendo a data base utilizada da carteira como sendo a existente em 29 de junho de 2012, projetando-se para os próximos 12 meses e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexadores das aplicações financeiras:

Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI - %	6,40%	4,27%	8,53%	10,66%	12,80%

Projeção das Receitas Financeiras – 2012:

	Taxa de Remuneração	Saldo em 30/06/2012	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDB	100% do CDI	5.424	348	231	463	578	694

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros -- continuação

#### Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexadores dos empréstimos:

Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI - %	6,40%	4,27%	8,53%	10,66%	12,80%

#### *Projeção das Despesas Financeiras – 2012*

	Taxa de Juros	Saldo em 30/06/2012	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debentures	2,9% a.a + CDI	(108.136)	(10.054)	(7.748)	(12.360)	(14.666)	(16.972)

### 14. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para manutenção		
Imposto de renda diferido	<b>8.743</b>	8.101
Contribuição social diferida	<b>3.147</b>	2.916
Outras provisões temporárias		
Imposto de renda diferido	<b>508</b>	553
Contribuição social diferida	<b>183</b>	199
	<b>12.581</b>	11.769
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação		
Imposto de renda diferido	<b>(20.778)</b>	(22.883)
Contribuição social diferida	<b>(7.560)</b>	(8.318)
Sobre diferença de depreciação <sup>1</sup>		
Imposto de renda diferido	<b>(16.054)</b>	(13.824)
Contribuição social diferida	<b>(5.780)</b>	(4.977)
	<b>(50.172)</b>	(50.002)

<sup>1</sup> Refere-se a diferença de amortização gerada pela aplicação do ICPC01 e o registrado para fins fiscais.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS) -- continuação

#### b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	21.695	9.591
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(7.376)	(3.261)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Juros sobre capital próprio (*)	-	-
Adições permanentes, líquidas	(64)	(224)
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	(8)	195
Imposto de renda e contribuição social	<u>(7.448)</u>	<u>(3.290)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(8.089)</u>	<u>(4.858)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>641</u>	<u>1.568</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

### 15. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

#### 15.1 Dívidas com pessoas ligadas

	<u>Dividendos</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Triunfo Participações e Investimento S.A.	-	10.000

#### 15.2 Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

	Contas a pagar a partes relacionadas		Adiantamentos a fornecedores <sup>1</sup>		Valores acumulados nos exercícios encerrados em 2012 e 2011							
					Imobilizado		Conservação		Operação		Outras Transações <sup>2</sup>	
					30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	jun/12	jun/11	jun/12	jun/11
Rio Tibagi	-	-	36.623	39.773	2.349	-	11.697	12.662	5.940	5.993	56	48
Triunfo	1283	74	-	-	10.613	3.752	1.472	4.125	-	-	-	-
Total	<u>1.283</u>	<u>74</u>	<u>36.623</u>	<u>39.773</u>	<u>12.962</u>	<u>3.752</u>	<u>13.169</u>	<u>16.787</u>	<u>5.940</u>	<u>5.993</u>	<u>56</u>	<u>48</u>

1) Adiantamento para fornecimento de serviços e obras futuras

2) Despesas com aluguel

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **15. Transações com partes relacionadas -- continuação**

#### **15.2 Transações comerciais -- continuação**

##### Contrato com à Rio Tibagi

Em julho de 2001 a Companhia contratou a empresa OSR - Operações e Serviços Rodoviários Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, que passou, a prestar serviços de conservação de rotina, e atendimento médico e mecânico nas rodovias. Em fevereiro de 2010, passou a se chamar RIO TIBAGI Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.

Em outubro de 2004, um novo contrato foi firmado, passando a OSR a prestar também serviços de operação de balanças de pesagem. Com o encerramento deste, em julho de 2005 novos contratos foram firmados com a OSR, que além dos serviços já contratados, passou também a prestar serviços de captura de animais, manutenção da faixa de domínio, inspeção de tráfego, contagem de transito, gerenciamento da casa do motorista, arrecadação e manutenção dos sistemas de arrecadação.

Em 2012, os contratos de serviços foram renovados. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Seguem os valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

##### Valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

- a) Apoio ao controle de tráfego - Unidade Veicular: R\$ 24.831,00 por unidade/mês.
- b) Operação do sistema de pesagem em balança fixa/móvel - BR 153 – km 5: R\$ 56.052,00 p/mês e BR 369 – km 10: R\$ 56.052,00 p/mês.
- c) Inspeção de tráfego

Veículo cabine dupla, equipado com asa delta: R\$ 36.714,00 por unidade/mês; Veículo cabine dupla convencional: R\$ 30.990,00 por unidade/mês; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego com asa delta: R\$ 1,12/km; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego convencional: R\$ 0,82/km. Veículo adicional de inspeção de tráfego: R\$ 805,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.



## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Transações com partes relacionadas -- continuação

#### 15.2 Transações comerciais -- continuação

##### d) Atendimento mecânico

Guincho reboque para veículos leves: R\$ 29.874,00 por unidade;  
Guincho reboque para veículos pesados: R\$ 44.949,00 por unidade;  
Unidade adicional de Guincho mecânico pesado: R\$ 14.935,00 por unidade;  
Quilometragem acima de 9.000 km/mês: R\$ 0,98/km;  
Quilometragem acima de 3.000km/mês de veículos pesados: R\$ 1,39/km;  
Serviços Adicionais: R\$ 49,78 por unidade; Unidade adicional de guincho mecânico: R\$ 805,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

##### e) Atendimento médico pré-hospitalar

Ambulância tipo baú: R\$ 71.826,00 por unidade; Ambulância tipo furgão: R\$ 67.037,00 por unidade; Unidade mista resgate /amb.: R\$ 19.634,00 por unidade; Viatura de intervenção rápida: R\$ 59.058,00 por unidade; km acima de 1.500 km/mês: R\$ 1,92 para unidades mistas e R\$ 2,39 para viatura de intervenção rápida; Prestação de serviços e operação adicional: R\$ 1.277 /unidade/turno

Os serviços contratados/orçados para 2012 e os respectivos valores executados até 30 de junho de 2012 estão demonstrados, como segue:

	<b>Prazo</b>	<b>Valor orçado</b>	<b>Valor executado</b>
Apoio ao tráfego	2012	298	149
Operação do sistema de pesagem em balança	2012	1.345	673
Serviços de inspeção de tráfego	2012	1.652	842
Atendimento mecânico, resgate e reboque	2012	3.010	1.499
Atendimento médico pré-hospitalar	2012	5.158	2.587
Total		<u>11.463</u>	<u>5.750</u>

	<b>Prazo</b>	<b>Valor contratado</b>	<b>Valor executado</b>
Administração S.A.U.	2012	377	188
Manutenção de viveiro	2012	123	62
Limpeza e Conservação	2012	165	82
Recolhimento de animais, caminhão pipa	2012	763	381
Conservação e manutenção das rodovias	2012	24.977	11.697
Total		<u>26.405</u>	<u>12.410</u>

#### Contrato com a Construtora Triunfo S.A.

Em 31 de julho de 2007 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos. Em 2010, os contratos foram renovados.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Transações com partes relacionadas -- continuação

#### 15.2 Transações comerciais -- continuação

Os serviços contratados/orçados para 2010/2012 e os respectivos valores executados até 30 de junho de 2012 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados Construtora Triunfo	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Prestação de serviços (i) obras de restauração, sistema de drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e sinalização; (ii) manutenção de rodovias de acordo com as determinações firmadas pelo poder concedente. (iii) monitoramento dos pavimentos das rodovias BR 369 (Km 0 a 30) e BR 153 (Km 9,4 a 17,8 e Km 19 a 37,4), obra de arte especial – alargamento da ponte sobre o rio macuco no Km 96 da BR 369 e monitoramento dos pavimentos que compõe o Lote nº 01 do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2012	65.304	54.686

### 16. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No período de três meses findo em 30 de junho de 2012, as despesas com esses administradores, a qual é formada exclusivamente por pró-labore, totalizaram R\$ 647 (R\$ 573 no mesmo período de 2011).

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril 2012 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$ 991 por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benéficos pós-emprego.

### 17. Receita operacional líquida

	30/06/2012	30/06/2011
Receitas de arrecadação	73.555	68.749
Receitas acessórias	1.057	652
Receita de construção – ativos de concessão	16.927	6.277
Receita bruta de serviços	91.539	75.678
Impostos incidentes sobre serviços	(6.231)	(5.777)
Receita líquida	85.308	69.901

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Resultado financeiro

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receitas		
Rendimento de aplicação financeira	591	294
Outros rendimentos	2.417	1.243
	<u>3.008</u>	<u>1.537</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(6.859)	(2.776)
Variações monetárias passivas	-	(2.453)
Despesas Financeiras - AVP	(854)	(1.293)
Outros	(484)	(1.621)
	<u>(8.197)</u>	<u>(8.143)</u>
Total	<u>(5.189)</u>	<u>(6.606)</u>

### 19. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Despesas por função</b>		
Custo dos serviços prestados	52.554	48.197
Despesas operacionais	5.870	5.507
	<u>58.424</u>	<u>53.704</u>
<b>Despesas por natureza</b>		
Custo de construção	16.927	6.277
Custo de serviços prestados	23.752	31.236
Salários	3.013	2.685
Amortizações	9.643	8.557
Gerais e administrativas	2.857	2.822
Outras operacionais	2.232	2.127
	<u>58.424</u>	<u>53.704</u>

## **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **20. Litígio na Concessão**

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A administração anterior do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessões rodoviárias no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais.

Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descon siderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular.

Recentemente, em 2 de março de 2011 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeira do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	<b>Vigência da apólice</b>	<b>Valor do prêmio</b>	<b>Valor cobertura</b>
Apólice de Seguro Garantia – nº 059912011005107750002251000000	Jan/2012 a dez/2012	588	102.541
Apólice All Risks nº 01.96.4003249-0	Jan/2012 a jan/2013	382	63.070
Apólice All Risks nº 01.51.4007823-0	Jan/2012 a jan/2013	302	10.800
Apólice All Risks nº 01.67.4005026-0	Jan/2012 a jan/2013	27	3.000
			<u>473.275</u>
Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais			24.340
Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia			9.000
Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas			38.730
Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades			1.800

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

### 22. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em agosto de 2009, houve a deliberação nº 094/2009, do Conselho Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, aprovando os pareceres que instruíram o processo protocolado sob nº 9.895.907-6, que estabeleceu o Plano de Recuperação por Etapa. Em setembro de 2009, a Econorte manifestou a sua concordância ao referido plano de recuperação através do Ofício ECN 117-2009.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 – continuação (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Compromissos com a concessão --- continuação

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 450.845. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Investimentos previstos	2012	2013	2014	2015	2016 a 2021	Total
	24.360	29.600	31.342	15.055	350.488	450.845

Até 30 de junho de 2012 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.